

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO № 010.2018.20.2.026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO № 010.2018.20.2.026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA RADIONEWS COMERCIO E SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA - EPP, PARA O FIM QUE NELE DECLARA.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PREFEITURA MUNICIPAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 05.251.632/0001-41, com sede à Rua Raimundo Ribeiro de Souza nº 01, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARTUR DE JESUS BRITO, brasileiro, administrador, portador da Cédula de Identidade nº 4115776 SSP/PA, inscrito no CPF/MF nº 513.664.792-20, residente e domiciliado na Rua Rondônia, nº 08, Vila Permanente, doravante denominado CONTRATANTE. de outro lado a empresa RADIONEWS COMERCIO E SERVICO DE **TELECOMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA - EPP,** inscrita no C.N.P.J. nº 07.390.148/0001-29, com sede estabelecida na Avenida João Paulo II, nº 880, sala 06, Bairro Marco, CEP66.095-492, Belém/PA, neste ato representada por **ROSA HELENA CARNEIRO FEIJÓ**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 3095475 2ª via SSP/PA e do CPF nº 691.646.652-91. domiciliada à Travessa Timbó, nº 3125, apto. 1302, Ed. Zeus Garden, Bairro Marco, CEP66.093-532, Belém/PA, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, tendo em vista o resultado da Licitação sob a modalidade Pregão Presencial SRP nº PP-CPL-**026/2017-PMT**, tudo de conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 18/07/2002 e no Decreto nº 027/2009, de 02/06/2009, Decreto da Presidência da República nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações através do Decreto nº 8.250 de 23 de maio de 2014 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e demais legislação complementar, mediante as Cláusulas e condições a seguir expressas, que reciprocamente outorgam e aceitam:

# CLÁUSULA I – DA PRORROGAÇÃO

Considerando a existência de saldo contratual e que os valores permanecerão inalterados, o que será mais vantajoso para a administração municipal, mister se faz o presente aditamento ao contrato mantido entre as partes acima identificadas visando, desta forma, restabelecer-se a relação pactuada, ficando o contrato prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início no dia 08.02.2019 e término em 07.02.2020, certo de que o prazo ora estabelecido poderá ser antecipado, a critério único e exclusivo da CONTRATANTE.

# CLÁUSULA II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



As despesas decorrentes da presente licitação terão cobertura da seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento fiscal vigente:

ÓRGÃO: 02 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ.

UNID. EXEC.: 01\_GABINETE DO PREFEITO.

04.122.0003.2.004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO; 3.3.90.39.00\_ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA;

FONTE: 1001 - RECURSOS ORDINÁRIOS

### UNID. EXEC: 12\_SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

04.122.0007.2.036 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO. 3.3.90.39.00\_ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA; FONTE: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

## UNID. EXEC: 02.15 SECRETARIA MUNICIPAL DE APOIO A SEGURANCA PÚBLICA.

06.422.0009.2.025\_APOIO A JUSTIÇA E AO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA FONTE: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

## ÓRGÃO: 05\_ COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE TUCURUI-CTTUC.

UNID. EXEC.: 80\_COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE TUCURUI-CTTUC; 04.122.0044.2.143 MANUTENÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO;

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA;

FONTE: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS

**Parágrafo único:** A dotação orçamentária que trata o CLÁUSULA II, poderá ser alterada através de Termo de Apostilamento, de acordo com a lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA III – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

O presente instrumento constitui parte integrante do **Contrato nº 010.2018.20.2.026**, originário do **Pregão Presencial SRP nº PP-CPL- 026/2017-PMT**, devidamente homologado, referente a Contratação de Empresa especializada em Serviços de videomonitoramento urbano, contemplando a captura continuada, gerenciamento, controle e supervisão de imagens de câmeras de segurança pública e trânsito, para uso em regime de missão crítica, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 dias ao ano, de forma ininterrupta, contemplando a disponibilização de equipamentos, acessórios, materiais, softwares e meio de transmissão das imagens em regime de locação e incluindo os serviços de instalação técnica, configuração, ajustes, otimizações, treinamento de operadores, supervisores e coordenadores, operação assistida, suporte técnico e manutenções preventivas e corretivas, a ser implantado no município de Tucuruí no Estado do Pará, cujas cláusulas e condições, no que não conflitarem com as disposições estabelecidas neste Termo de Aditivo, são expressamente ratificadas pelas partes, continuando em pleno vigor para todos os fins de direito.



#### CLÁUSULA IV

Permanecem inalteradas e ratificadas as Cláusulas e condições do Contrato firmado, especialmente no tocante a manutenção dos preços então contratados, desde que não revogadas ou derrogadas até a presente data.

## CLÁUSULA V - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente prorrogação é feita com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato Original.

E assim, por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ, ESTADO DO PARÁ, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

ARTUR DE JESUS BRITO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE RADIONEWS COMER. E SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E INFORM. LTDA – EPP CONTRATADA

TESTEMUNHAS:	
C.P.F	C.P.F

Este TERMO DE ADITIVO DE PRAZO foi publicado no quadro de aviso desta Prefeitura, conforme expressa a Lei Municipal nº 3.896 de 26 de setembro de 1994, na data supra.

WILSON WISCHANSKY

Chefe de Gabinete Portaria Nº 556/2017-GP